

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º ____/2015.

Requer a realização de reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública, com vistas a debater as possibilidades de articulação das ações de combate à obesidade do Ministério da Saúde a outras políticas públicas, bem como as ações de prevenção de tratamento desenvolvidas, sendo convidados um representante do Ministério da Saúde, um representante do CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um representante do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Dr. Daniel Ferreira, docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente nos deparamos com um problema que é global – o crescimento dos índices de obesidade humana e de doenças relacionadas à obesidade. A Comissão de Seguridade Social e Família, atenta ao problema, realizou em 2013 um importante seminário que tratou da questão da obesidade infantil, contudo, o problema vem se agravando – e não está restrito às crianças.

Segundo o Ministério da Saúde, o fenômeno alcança todas as faixas etárias. O sobrepeso atinge um terço das crianças e a metade da população adulta no Brasil, nesse último grupo, com implicações diretas e imediatas no crescimento das doenças crônicas, principais causas de morte nessa faixa da população.

O olhar sobre os fatores de risco relacionados à obesidade e aos demais problemas de saúde ligados à alimentação merece a atenção que supere o senso comum – disso vem cuidando os que estão preocupados exclusivamente com os lucros auferidos pelo mercado de consumo de produtos light e diet.

A partir de iniciativas como a que propomos, esperamos avançar e qualificar o debate sobre a obesidade e sobre as demais consequências sanitárias de uma dieta globalizada, extremamente processada, hipercalórica, dependente de aditivos artificiais, de antibióticos, de agrotóxicos e de produtos transgênicos.

Diante do exposto, considerando a gravidade do tema, apresentamos a presente proposição, onde contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Deputado Adelmo Carneiro Leão
PT/MG